



Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine (Banco) relativas ao período findo em 30 de junho de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. O Banco Pine (B3: PINE4) é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte e cinco anos destaca-se por financiar e assessorar empresas em todo território nacional. A estratégia do Banco baseia-se no relacionamento de longo prazo, entendendo o negócio e potencial do cliente, de modo a construir soluções e alternativas financeiras personalizadas por meio de seus produtos, como serviços de conta corrente, capital de giro e rotativos, derivativos, cobranças, transferências, fianças, câmbio, comércio exterior, seguros e investimentos. Para atingir esse objetivo, o Banco busca aperfeiçoar as jornadas dos clientes, aumentando sua satisfação por meio de uma experiência de excelência, ofertando soluções ágeis e funcionais que facilitem o dia-a-dia das empresas. O Banco se posiciona para ser a melhor opção entre os bancos médios, atendendo grupos econômicos com faturamento anual acima de R\$10 milhões conforme segmentação abaixo. Além disso, segue em constante evolução e investindo cada vez mais na sua transformação digital, determinado a aperfeiçoar os processos e reduzir a burocracia, proporcionando sempre a melhor experiência aos clientes e um ambiente de trabalho que promova a integração entre os times, e mais agilidade em suas atividades.

GRANDES EMPRESAS	EMPRESAS
Grupos econômicos com faturamento anual acima de R\$ 500 milhões	Grupos econômicos com faturamento anual até R\$ 500 milhões

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO: No âmbito externo, o segundo trimestre foi marcado pela continuidade do conflito Rússia-Ucrânia e pela deterioração adicional das perspectivas de alta de juros nos EUA, na zona do euro e no Reino Unido. Apesar de os dois eventos globais estarem associados por meio da aceleração da inflação - ligada à ampliação das restrições de oferta logísticas e de bens industriais e à alta dos preços das commodities -, os efeitos do conflito afetam muito mais a Europa do que os EUA por conta das restrições de gás natural impostas pela Rússia e, em geral, em função da elevação do preço do petróleo. Na Europa, além disso, a restrição de oferta de gás natural impõe um limite para o crescimento econômico europeu, fazendo com que, especificamente, a zona do euro cresça menos do que 2% este ano e 1% no ano que vem. Do ponto de vista da política monetária global, a continuidade da guerra acirra a inflação advinda dos choques de oferta dos bens industriais e do petróleo em 2022, aumentando a pressão sobre os bancos centrais na direção de elevações das taxas de juros acima das expectativas atuais, o que tende a contribuir adicionalmente para a desaceleração do PIB global. O caso do Brasil, em particular, não foi - e não continuará sendo - qualitativamente diferente; a diferença quantitativa é que a intensidade da alta adicional de juros no Brasil será menor, já que o BACEN já majorou a Selic para 13,75%, estando bem à frente dos outros bancos centrais. Segundo as expectativas de mercado, a Selic deverá atingir 14,25% no final do terceiro trimestre. No curto prazo, as razões para isso residem nas pressões que levaram o IPCA anual a atingir no final do segundo trimestre o patamar de 11,89%, ante 11,30%, no primeiro trimestre. No final de 2022 e de 2023, o consenso de mercado para o IPCA é perto de 7%, levando as projeções para a Selic para pelo menos 13,5% até a metade de 2023. Apesar de os apertados adicionais da taxa básica de juros normalmente desacelerarem o PIB, o consenso para o crescimento econômico brasileiro em 2022 subiu de 0,7% para pelo menos 1,5% por conta da aceleração da atividade no setor de serviços, que desempenha um papel muito importante para a absorção de mão de obra, refletindo diretamente na taxa de desemprego, que por sua vez caiu para 8,7% em junho ante o consenso de pelo menos 10,5%, o que explica o impulso de demanda que a economia brasileira vivencia atualmente. Parte da aceleração do crescimento do setor de serviços vem do aumento da mobilidade social após o fim dos efeitos contracionistas advindos da pandemia da Covid-19. A outra parte vem da continuidade dos impulsos fiscais promovidos pelo governo federal, os quais aparecem, principalmente: (i) na viabilização dos saques extraordinários do FGTS, (ii) na duplicação do Vale Gás, (iii) na prorrogação do Refis para pequenas empresas, e (iv) no aumento do Auxílio Brasil para R\$400,00 no primeiro semestre de 2022. Controlizando a elevação de despesas para estimular o crescimento do PIB e a redução de alíquotas de impostos, como o IPI e o ICMS sobre gasolina, etanol, serviços de telecomunicações e energia elétrica, as benesses fiscais devem totalizar quase R\$250 bilhões, valor comparável aos impulsos fiscais compensatórios que caracterizam o auge dos efeitos recessivos da pandemia em 2020. No entanto, é importante notar que, apesar da elevação de despesas federais, o forte aumento de arrecadação federal e dos governos estaduais tem gerado a perspectiva de resultado primário do setor público perto de 0% do PIB ou mesmo levemente positivo. Estas expectativas têm reduzido os juros futuros longos (ou seja, os vencimentos acima de janeiro 2025), melhorando a perspectiva do crédito privado de longo prazo e a rolagem da dívida pública para prazos mais distantes, o que facilita qualquer ação do BC em levar a Selic abaixo de 10,5% no final de 2023. Mais importante ainda para a redução da Selic rumo a 8% e 9% no final de 2023, será a redução e a limitação das despesas correntes do governo federal e o respeito ao teto de gastos, pelo menos até o fim de 2024. Isso seria fundamental para diminuir as expectativas de inflação em 2023 e para manter a mediana das projeções de inflação em 2024. Elevadas expectativas de inflação contribuem para manter a inflação relativamente alta e resiliente, limitando o crescimento real do crédito pessoal e corporativo, e contribuindo para que o PIB anual de 2023 fique abaixo de 1% ante a expectativa de pelo menos 1,5% em 2022. A Selic abaixo da perspectiva de 10,5% no ano que vem e rumo a 8% a 9%, consistente com maior controle fiscal, é importante para manter estável a tendência da inadimplência da pessoa jurídica (PJ) junto ao sistema financeiro privado, e para preservar o crédito PJ com recursos privados acima de 15% do PIB. Este é um resultado fundamental para que a transmissão da política monetária para o crédito funcione adequadamente, permitindo que o PIB cresça pelo menos 1,5% em 2023.

2. DESEMPENHO

2.1 Resultado societário consolidado

RESULTADOS (R\$ Milhões)	1S21	1S22	Variação
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	75,1	92,6	23,3%
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito operações de créditos de liquidação duvidosa	2,2	(21,5)	-
Receita de prestação de serviços e tarifas	19,3	15,7	(18,3%)
Despesas administrativas e de pessoal	(85,3)	(87,0)	2,0%
Resultado operacional	(8,7)	9,1	-
Lucro líquido contábil	1,8	6,3	-

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de Reais - R\$)						
		Individual		Consolidado		
ATIVO	Nota	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	
Disponibilidades	4	163.355	222.709	163.356	222.710	
Ativos financeiros	12.641.612	13.303.243	12.725.799	13.820.357		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	99.052	93.012	99.052	93.012	
Títulos e valores mobiliários	6.a	6.840.457	6.977.486	6.840.457	6.979.708	
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	1.355.959	1.659.529	1.355.959	1.659.529	
Operações de crédito	7	3.351.308	3.675.546	3.351.308	3.675.546	
Outros ativos financeiros	8	994.836	897.670	1.079.023	1.412.462	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(243.843)	(229.833)	(246.365)	(229.833)	
(-) Operações de crédito e outros créditos		(243.843)	(229.833)	(246.365)	(229.833)	
Ativos fiscais	9.a	1.002.205	1.011.667	1.003.669	1.012.586	
Investimento em participações em coligadas e controladas	10	704.816	707.529	474	474	
Outros ativos	11	401.724	341.841	974.271	427.421	
Imobilizado de uso Intangível	12	27.745	26.620	27.745	26.620	
		3.862	3.862	3.862	3.862	
(-) Depreciação e amortização		(21.674)	(20.595)	(21.674)	(20.595)	
(-) Imobilizado de uso Intangível	12	(19.533)	(18.883)	(19.533)	(18.883)	
		(2.141)	(1.712)	(2.141)	(1.712)	
TOTAL DO ATIVO		14.679.802	15.367.043	14.631.137	15.263.602	

As notas explicativas da Administração são parte integrante

2.2 Resultado gerencial

Visando uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse relatório são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas reclassificações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário auditado. Para mais informações e detalhes das reclassificações e critérios gerenciais, favor acessar o relatório de Análise Gerencial dos Resultados do 2T22 disponível no site de Relações com Investidores (ri.pine.com).

RESULTADOS (R\$ Milhões)	1S21	1S22	Variação
Margem Financeira Bruta	75,6	70,8	(6,3%)
Custo de crédito	(21,3)	18,0	-
Receita de prestação de serviços e tarifas	19,3	15,7	(18,3%)
Despesas administrativas e de pessoal (inclui PLR)	(87,9)	(91,1)	3,6%
Resultado operacional	(2,3)	(16,0)	-
Lucro líquido recorrente	1,8	6,3	-

A Margem Financeira Bruta somou R\$70,8 milhões no primeiro semestre de 2022, redução de 6,3% na comparação com o mesmo período do ano anterior, impactado pela leve redução na carteira do segmento Grandes Empresas. No 1S22, a oscilação no Custo do Crédito em relação ao 1S21 é reflexo, principalmente, do maior volume de recuperação de créditos baixados como prejuízo. As receitas de prestação de serviços e tarifas reduziram 18,3% em relação ao 1S21, principalmente com comissão de fianças e receita de seguros, decorrente da estratégia em atuar de maneira mais seletiva nesse produto. Aumento no patamar de despesas de pessoal e administrativas de 3,6% em 1S22 na comparação com o mesmo período de 2021, refletindo, principalmente, o aumento no quadro de colaboradores. O resultado recorrente gerencial totalizou R\$6,3 milhões no 1S22, comparado a R\$1,8 milhão no 1S21. A carteira de crédito classificada (Res. CMN nº 2.682/99), focou do novo modelo de negócios, totalizou R\$4,1 bilhões em junho de 2022, padamar relativamente estável em relação aos períodos anteriores. Controle dos indicadores de inadimplência, mantendo elevado o Índice de Cobertura para atrasos acima de 90 dias. Os créditos classificados entre os ratings AA-C representavam 91,7% da carteira de crédito ao final de junho de 2022. O total de captação atingiu R\$8,0 bilhões em junho de 2022. O portfólio permaneceu diversificado e segue alocado em prazos mais longos e sem concentração de vencimentos, corroborando com o perfil dos ativos. Patamar sólido de liquidez, com caixa livre equivalente a R\$1,8 bilhão. Índice de Basileia encerrou junho de 2022 em 11,9%, sendo 10,0% de Capital Líquido.

3. RATINGS: O Banco é classificado por agências nacionais e internacionais de rating e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida. Em maio/22, a agência Moody's atribuiu os ratings local de curto e longo prazo ao Banco, ambos com perspectiva estável.

Moody's	Longo Prazo	Curto Prazo
	BBB-br	ML A-3.br

Local

Outlook: estável

4. RECURSOS HUMANOS: Por meio do "Pine Pulsar", são disseminados diariamente entre os valores da instituição. Pensar Diferente; Seja o Cliente; Ser para o Outro; Jogo Limp e Juntos somos donos é o que nos move e o mundo digital transformador é o que nos impulsiona. Fortalecemos o ambiente focado em pessoas e valores, cultivado por desafios com a missão do crescimento exponencial sustentável. Nos últimos meses, o Banco retomou ativamente suas atividades ao escritório. Entende-se a importância de manter o equilíbrio entre as jornadas e formas de trabalho, por isso, fortaleceu o modelo híbrido identificando as necessidades de interação presenciais diante das atividades de cada área. Um dos pilares da Estratégia Gestão de Pessoas do Banco Pine é a "Qualidade de Vida". Pensando em sementar e garantir que os colaboradores estivessem protegidos contra a gripe, em meados do mês de maio, aconteceu a tradicional campanha de vacinação no escritório da matriz. Neste dia, além dos profissionais, seus familiares também foram vacinados e aproveitaram para conhecer nosso escritório. "Gestão de Pessoal" é um dos indicadores da nossa bússola e consiste em "garantir a execução do plano de ação de clima da área e institucional", além de "garantir também a execução de dois feedbacks no ano para todos os colaboradores". Para dar continuidade nas ações que envolvem esse objetivo, no trimestre, realizamos alguns workshops colaborativos focados nos multiplicadores internos que fazem parte do plano de ação. Os temas abordados foram: "Lei Geral de Proteção de Dados", "Jornada ESG", "Compras" e "Produtos de Crédito na Visão de Fianças", ministrados, respectivamente, por membros das equipes de Segurança da Informação, ESG, Serviços & Patrimônio e Controladoria.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA: Possuimos políticas atualizadas de governança corporativa, em decorrência do compromisso permanente com os acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados, estão: • Listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3; • Dois membros independentes no Conselho de Administração; • 100% tag along para todas as ações, inclusive as preferenciais; • Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas; • Divulgação trimestral de resultados em dois padrões contábeis, BRGAap e FRIS; e • Presença de Comitês de Auditoria e Comitê de Remuneração, composto por membros independentes, que respondem diretamente ao Conselho de Administração. ESG: Em 2020 a Comissão ESG foi criada, dando início a um projeto de reestruturação nos aspectos ambientais, sociais e de governança no Banco Pine. Avançamos nesse tema ao longo do ano de 2021 por meio da criação de uma Agenda ESG, nos aprofundando na maturidade de gestão de cada dimensão do banco. Criamos um plano trienal (2022-2024) como parte do processo evolutivo do novo modelo de gestão ESG. No final de 2021, demos início ao processo de adesão à Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da ONU para mobilizar a comunidade empresarial no desenvolvimento de ações que contribuem para o enfrentamento dos desafios da sociedade, principalmente nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Por meio da adesão, nos comprometemos em colaborar com o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

		Individual		Consolidado	
PASSIVO	Nota	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Passivos financeiros	13.511.348	14.255.718	13.447.108	14.146.561	
Depósitos	13.a	7.274.996	7.211.086	7.212.756	7.101.929
Captações no mercado aberto	13.b	3.666.131	4.485.015	3.666.131	4.485.015
Recursos de aceites e emissão de títulos	13.c	586.009	589.150	586.009	589.150
Obrigações por empréstimos e repasses	13.d	23.654	41.602	23.654	41.602
Dívida subordinada	14	132.334	132.506	132.334	132.506
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	1.816.027	1.792.181	1.816.027	1.792.181
Outros passivos financeiros	12	12.197	4.178	12.197	4.178
Provisões	15	23.707	21.779	23.774	21.779
Outros passivos	16	300.478	310.413	315.986	316.129
TOTAL DO PASSIVO	13.835.533	14.587.910	13.786.868	14.484.489	
Patrimônio líquido	17	844.269	779.133	844.269	779.133
Capital social	1.263.647	1.202.393	1.263.647	1.202.393	
De domiciliados no país	1.134.780	1.073.526	1.134.780	1.073.526	
De domiciliados no exterior	128.867	128.867	128.867	128.867	
Outros resultados abrangentes	(7.397)	(4.986)	(7.397)	(4.986)	
Prejuízos acumulados	(411.981)	(418.274)	(411.981)	(418.274)	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	844.269	779.133	844.269	779.133
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.679.802	15.367.043	14.631.137	15.263.602	

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

(Em milhares de Reais - R\$)

		Individual		Consolidado	
ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Lucro líquido ajustado	64.895	2.733	60.642	9.006	
Lucro líquido do semestre	6.293	1.783	6.293	1.783	
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	21.967	7.575	21.967	7.575	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	21.477	(2.245)	21.477	(2.245)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.982)	(5.011)	8.433	(4.074)	
Depreciação e amortização	18.f	1.079	1.166	1.079	1.166
Provisão para contingências	1.301	1.698	1.368	1.698	
Provisão para garantias financeiras prestadas	25	3.103	25	3.103	
Resultado de participação em controladas	10.a	3.771	(5.336)	-	-
Variação de ativos e passivos	(152.079)	(91.204)	(148.826)	(142.477)	
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez	3.120	(6.059)	3.120	(6.059)	
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários	134.561	(1.040.505)	136.940	(1.040.505)	
(Aumento) Redução de operações de crédito	316.771	(361.050)	319.293	(361.050)	
(Aumento) Redução de outros ativos financeiros	(88.667)	(90.490)	341.942	(117.377)	
(Aumento) Redução de outros ativos	(59.863)	69.477	(546.850)	70.832	
financeiros derivativos	327.416	50.280	327.416	50.280	
Aumento (Redução) de depósitos	63.910	49.810	108.827	27.460	
Aumento (Redução) de operações compromissadas	(818.884)	1.043.301	(818.884)	1.043.301	
Aumento (Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos	(3.141)	153.321	(3.141)	153.321	
Aumento (Redução) de obrigações por empréstimos e repasses	(17.948)	(11.457)	(17.948)	(11.457)	
Aumento (Redução) de outros passivos	(9.334)	42.168	459	48.777	
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais	(87.184)	(88.471)	(88.184)	(133.471)	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Alienação (Aquisição) de imobilizado de uso	(1.125)	(166)	(1.125)	(166)	
Alienação (Aquisição) de intangível	-	(515)	-	(515)	
(Aumento) Redução de capital em controladas	10	(1.000)	(45.000)	-	(46.000)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de investimento	(2.125)	(45.681)	(1,125)	(681)	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de capital	17	61.254	-	61.254	
(Aumento) Redução em obrigações por dívida subordinada	14	(172)	53.359	(172)	53.359
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de financiamento	61.082	53.359	61.082	53.359	
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(28.227)	(80.793)	(28.227)	(80,793)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	312.601	230.436	312.602	230.437
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(21.967)	(7.575)	(21.967)	(7,575)	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	4	262.407	142.068	262.408	142.069

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

		Individual		Consolidado	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	Nota	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Operações de crédito	18.a	718.097	432.832	718.093	432.832
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	368.061	190.843	368.061	190.843
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	313.979	187.809	313.885	187.809
Resultado de operações de câmbio	(16.291)	(7.620)	(16.291)	(7.620)	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(627.764)	(358.344)	(625.363)	(357.702)	
Despesas de captação no mercado	18.b	(604.908)	(355.105)	(602.507)	(354.474)
Operações de empréstimos e repasses	18.c	(1.379)	(5.484)	(1.379)	(5.484)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(21.477)	2.245	(21.477)	2.245
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	90.333	74.488	92.640	75.130	
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(85.724)	(86,806)	(83.587)	(83,793)	
Receitas de prestação de serviços	18.d	8.467	11.406	9.565	15.035
Rendas de tarifas bancárias	18.e	6.171	4.237	6.171	4.237
Despesas de pessoal	18.f	(51.157)	(42.361)	(51.463)	(42.361)

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, nos termos do Art. 3º, inciso II-A Lei nº 7.689/88. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre o prejuízo fiscal, base negativa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota explicativa 9.d, está baseada em projeções de resultados para os próximos 10 anos e fundamentada em estudo técnico que inclui julgamentos e premissas. **1) Participações no resultado:** O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelado e homologado pelo PPLR do Sindicato dos Bancários. As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis de organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado" pelo período de competência. **ii) Lucro líquido (prejuízo) por ação: Resultado básico por ação:** O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro líquido (prejuízo) atribuído aos titulares de ações ordinárias da companhia, o numerador, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, o denominador, durante o período. **Resultado diluído por ação:** Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a companhia deve ajustar o lucro ou o prejuízo atribuído aos titulares de ações ordinárias, o capital próprio ordinário, da companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas, em circulação, para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. Os resultados básico e diluído por ação são iguais e são apresentados em apenas uma linha na Demonstração do Resultado e está indicado como "Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação em Número Médio Ponderado de Ações". **v) Garantias financeiras prestadas:** A Resolução CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta-Circular Bacen nº 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, na adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente. O Pine adota premissas internas para o cálculo de provisão de fiança e garantias prestadas. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação ao cliente e tipos de fiança. Baseado nesses critérios, a provisão é considerada suficiente pelo Pine. **ix) Uso de estimativas:** A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas requer que o Pine efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos e derivativos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes; valor de mercado de ativos não financeiros mantidos para a venda; e classificação de ativos financeiros mantidos até o vencimento. Os valores reais podem diferir dessas estimativas. **y) Resultado não recorrente:** A Resolução BCB nº 2/20 estabeleceu que considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado não recorrente do Pine, está evidenciado na Nota 25.h, de forma segregada. **z) Hierarquia de valor justo:** O cálculo do valor justo é executado pela área de riscos, que desta forma, está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir

que os valores calculados sejam determinados por uma área independente do tomador de risco. O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia: Nível 1: Instrumentos financeiros com referência de preços em mercados organizados e com elevada liquidez. A carteira contém neste nível é composta de títulos públicos, derivativos listados e outros títulos negociados do mercado ativo. Nível 2: A apuração do valor justo dos produtos com nível reduzido de liquidez é feita através dos terminais de precificação de dados públicos e em plataformas de precificação de mercado. Os títulos privados são calculados com base no valor presente dos fluxos de pagamento futuros, descontados por taxas de juros livre de risco mais o spread de crédito, utilizando também o rating da contraparte que reflete a qualidade creditícia do emissor, os derivativos de balcão são calculados com as curvas e preços disponibilizados pela B3. Nível 3: O valor justo dos produtos com baixíssima liquidez de mercado é calculado com base em modelos desenvolvidos internamente, pautados pela confiabilidade da informação e pelo conservadorismo, no nível 3 são classificados como ativos de baixíssima liquidez os títulos privados com mudança substancial de risco. Os instrumentos financeiros classificados pelo valor justo no Nível 1 são precificados com base na coleta de preços divulgados pelos mercados organizados, no Nível 2 são utilizados os preços cotados e derivados de cotações públicas em mercados ativos e no Nível 3 são mensurados mediante modelos internos de cálculo. O volume de operações precificadas pelo seu valor justo na sua totalidade estão distribuídos no Nível 1, com exceção de instrumentos financeiros derivativos que são classificados em Nível 2 e aos títulos privados em situação de discussão judicial no montante de R\$95.908 (31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, refer-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades ⁽¹⁾	163.355	222.709	163.356	222.710
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽²⁾	99.052	89.892	99.052	89.892
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	262.407	312.601	262.408	312.602

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, refere-se, substancialmente, a depósitos no exterior em moedas estrangeiras. ⁽²⁾ Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ: Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas conforme abaixo:

	Individual e Consolidado				
	30/06/2022	31/12/2021			
Até 3 De 3 a De 1 a	meses	meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas	32.499	-	-	32.499	10.499
LTN - Letras do Tesouro Nacional	14.997	-	-	14.997	-
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-
NTN - Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	3.000
Total de aplicações em operações compromissadas	47.496	-	-	47.496	13.499

Aplicações em depósitos interfinanceiros
 Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI Pós
 Depósitos vinculados ao Crédito Rural
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Individual e Consolidado			
	30/06/2022	31/12/2021		
30.000	2.716	-	32.716	7.270
18.840	-	-	18.840	72.243
48.840	2.716	-	51.556	79.513
96.336	2.716	-	99.052	93.012

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários: Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a carteira de títulos e valores mobiliários são compostas conforme abaixo:

	Valor de Mercado/Contábil					30/06/2022		Individual	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos para negociação ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações de companhias abertas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de títulos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de lit. mantidos até o vencimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de títulos	386	4.775	497.659	2.311.078	3.154.113	872.446	6.840.457	6.854.209	(13.752)

	Valor de Mercado/Contábil					30/06/2022		Individual	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos para negociação ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações de companhias abertas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de títulos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de lit. mantidos até o vencimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de títulos	386	4.775	497.659	2.311.078	3.154.113	872.446	6.840.457	6.854.209	(13.752)

Títulos disponíveis para venda
Títulos públicos
 LFT - Letras financeiras do tesouro
 LTN - Letras do tesouro nacional
 NTN - Notas do tesouro nacional
Títulos privados
 Debêntures ⁽¹⁾
Total de títulos disponíveis para venda
Títulos para negociação ⁽²⁾
Títulos públicos
 LFT - Letras financeiras do tesouro
 LTN - Letras do tesouro nacional
 NTN - Notas do tesouro nacional
Títulos privados
 Ações de companhias abertas
Total de títulos para negociação
Títulos mantidos até o vencimento
Títulos públicos
 LFT - Letras financeiras do tesouro
 LTN - Letras do tesouro nacional
 NTN - Notas do tesouro nacional
Total de lit. mantidos até o vencimento
Total de títulos

Títulos disponíveis para venda
Títulos públicos
 LFT - Letras financeiras do tesouro
 LTN - Letras do tesouro nacional
 NTN - Notas do tesouro nacional
Títulos privados
 Debêntures ⁽¹⁾
Total de títulos disponíveis para venda
Títulos para negociação ⁽²⁾
Títulos públicos
 LFT - Letras financeiras do tesouro
 LTN - Letras do tesouro nacional
 NTN - Notas do tesouro nacional
Títulos privados
 Ações de companhias abertas
Total de títulos para negociação
Títulos mantidos até o vencimento
Títulos públicos
 LFT - Letras financeiras do tesouro
 LTN - Letras do tesouro nacional
 NTN - Notas do tesouro nacional
Total de lit. mantidos até o vencimento
Total de títulos

Títulos disponíveis para venda
Títulos públicos
 LFT - Letras financeiras do tesouro
 LTN - Letras do tesouro nacional
 NTN - Notas do tesouro nacional
Títulos privados
 Debêntures ⁽¹⁾
Total de títulos disponíveis para venda
Títulos para negociação ⁽²⁾
Títulos públicos
 LFT - Letras financeiras do tesouro
 LTN - Letras do tesouro nacional
 NTN - Notas do tesouro nacional
Títulos privados
 Ações de companhias abertas
Total de títulos para negociação
Títulos mantidos até o vencimento
Títulos públicos
 LFT - Letras financeiras do tesouro
 LTN - Letras do tesouro nacional
 NTN - Notas do tesouro nacional
Total de lit. mantidos até o vencimento
Total de títulos

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2022, as condições e expectativas consideradas na avaliação de certos títulos disponíveis para venda não se concretizaram, em consequência, foi reconhecido no resultado, o montante de R\$6.772 (30 de junho de 2021 R\$7.548) de perdas permanentes, na conta de Resultado de Operações com Títulos de Valores Mobiliários. ⁽²⁾ Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo prazo do título, porém possui característica de curto prazo.

Atendendo ao disposto da Circular Bacen nº 3.068/01, o Banco Pine possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. Conforme estabelecido no Art. 5º da Circular Bacen nº 3.068/01, a reavaliação quanto à classificação de título e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balanços semestrais. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não houve reclassificação de categoria. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria "disponíveis para venda" e "para negociação" foi apurado com base em preços e taxas praticados em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e pelas Agências Internacionais de Informações, quando disponíveis ou por metodologia própria que considera a utilização mais ampla possível de dados observáveis. Em 30 de junho de 2022, a marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "disponíveis para venda" possui um ajuste negativo acumulado no montante de R\$7.308 no Individual e no Consolidado, registrados no patrimônio líquido do Pine, líquidos dos efeitos tributários (ajuste negativo acumulado de R\$4.788 no Individual e R\$4.845 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021). A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "para negociação" resultou em um ajuste negativo no montante de R\$464 no Individual e no Consolidado (ajuste negativo no montante de R\$1.967 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2021) no resultado.

Por categoria	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Títulos disponíveis para venda	1.082.752	833.880	1.082.752	836.202
Financiada	342.440	418.799	342.440	418.799
Livre	549.058	233.687	549.058	236.009
Vinculada	191.254	181.394	191.254	181.394
Títulos disponíveis para negociação	53.314	273.984	53.314	273.984
Financiada	5.021	228.909	5.021	228.909
Livre	48.293	45.075	48.293	45.075
Títulos mantidos até o vencimento	5.704.391	5.869.622	5.704.391	5.869.622
Financiada	3.817.787	4.278.406	3.817.787	4.278.406
Livre	1.128.844	818.909	1.128.844	818.909
Vinculada	757.760	777.307	757.760	777.307
Total	6.840.457	6.977.486	6.840.457	6.979.808

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de operações com títulos de renda fixa	327.663	196.616	327.665	196.616
Despesas de operações com títulos de renda fixa	(8.174)	(8.626)	(8.270)	(8.626)
Rendas de operações com títulos de renda variável	2.371	1.077	2.371	1.077
Despesas de operações com títulos de renda variável	(7.881)	(1.258)	(7.881)	(1.258)
Total	313.979	187.809	313.885	187.809

c) Instrumentos financeiros derivativos: **i) Política de utilização:** O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para gerenciamento dos riscos de mercado dos seus balanços, resultantes de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Para atender esta demanda o Pine oferece alternativas de mitigação de riscos de mercado aos seus clientes, através de instrumentos adequados. **ii) Gerenciamento:** O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Crédito e Cenários de stress. Com base nessas informações, as Mesas de Tesouraria providenciam os instrumentos financeiros derivativos necessários, em conformidade com a política de riscos de mercado e de crédito, previamente definidas pelo Pine. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado. A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites consiste, dentre outros variáveis, os potenciais cenários de stress dos ativos objetos. O conhecimento do cliente, a avaliação do setor em que atua, seu perfil de apetite a riscos, acompanhada da prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades. A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela Instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swap com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres, incluindo operações de balcão, de menor relevância, em relação ao total das exposições do Pine. Como principais fatores de risco de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré TR, IGP-M, TULP IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando da forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descausamentos de prazo da carteira. **iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado:** Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, *Intercontinental Exchange - ICE* e *Bloomberg*. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, referidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termo e títulos pouco líquidos. **iv) Valores registrados em contas patrimoniais e de compensação, segregados nas categorias Indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento, valores de custo e de mercado:** Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

	Individual e Consolidado				
	30/06/2022	31/12/2021			
Instrumentos financeiros derivativos	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
ATIVO	-	-	-	-	-
Swap - diferencial a receber	4.680	1.260.149	1.264.829	2.312	1.491.882
Contratos a termo - a receber	74.178	15.338	89.516	64.471	21.989
Prêmios de opções a exercer	1.013	601	1.614	78.875	-
Total a receber	79.871	1.276.088	1.355.959	145.658	1.513.871
PASSIVO	-	-	-	-	-
Swap - diferencial a pagar	(5.435)	(1.534.344)	(1.539.779)	(22.647	

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

x) Hedge Accounting: x.a) Hedge de Fluxo de Caixa: A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002. O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições da captação em moeda estrangeira e em taxas de juros (Libor, Cupom de UF e UF) e transformá-la em moeda nacional com taxa de juros prefixada, protegendo os fluxos de caixa de pagamento de juros da dívida (USD e CLP) e tornando o fluxo de caixa constante. Em 30 de junho de 2022, foi lançado ao patrimônio líquido no valor positivo de R\$68 (positivo de R\$41 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de marcação a mercado de instrumentos de hedge (swaps) em operações de hedge accounting de fluxo de caixa e no valor negativo de R\$70 (negativo de R\$84 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de marcação a mercado do objeto do hedge. Não houve parcela inefetiva em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Instrumento de Hedge	30/06/2022			31/12/2021		
	Referência	Curva	Valor de Mercado	Referência	Curva	Valor de Mercado
Contratos de swap (ponta ativa)	8.833	18.532	18.600	68	11.778	26.329
Total	8.833	18.532	18.600	68	11.778	26.329

Objeto de Hedge
Repasses do exterior 8.833 18.538 18.608 (70) 11.778 26.339 27.183 (844)
Total 8.833 18.538 18.608 (70) 11.778 26.339 27.183 (844)

x.b) Hedge de Risco de Mercado: A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002. O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições das captações prefixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros. A partir do segundo semestre de 2021, o Pine contratou estrutura de hedge accounting de risco de mercado.

Instrumento de Hedge	30/06/2022			31/12/2021		
	Referência	Curva	Valor de Mercado	Referência	Curva	Valor de Mercado
Contratos de swap (ponta ativa)	227.285	240.041	210.193	(29.848)	227.285	231.558
Total	227.285	240.041	210.193	(29.848)	227.285	231.558

Objeto de Hedge
Captações 227.285 240.041 215.225 (24.816) 227.285 231.558 210.867 (20.691)
Total 227.285 240.041 215.225 (24.816) 227.285 231.558 210.867 (20.691)

Instrumento de Hedge
Futuros (DI) 757.390 836.567 756.031 (80.536) 496.203 527.716 495.716 (32.000)
Total 757.390 836.567 756.031 (80.536) 496.203 527.716 495.716 (32.000)

Objeto de Hedge
Captações 757.390 836.567 739.451 (97.116) 496.203 527.716 485.417 (42.299)
Total 757.390 836.567 739.451 (97.116) 496.203 527.716 485.417 (42.299)

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO: Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as informações da carteira de operações de crédito expandida, estão sumarizadas conforme abaixo:

Descrição	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Capital de giro	2.104.793	2.350.265	2.104.793	2.350.265
Resolução CMN nº 3.844	8.113	11.473	8.113	11.473
Conta corrente garantida	219.326	233.465	219.326	233.465
Repasses de instituições oficiais do Brasil	5.042	14.420	5.042	14.420
Financiamento em moeda estrangeira	19.878	14.729	19.878	14.729
Financiamentos a exportação	556.143	524.372	556.143	524.372
Títulos descontados	439.213	526.822	439.213	526.822
Subtotal de operações de crédito	3.351.308	3.675.546	3.351.308	3.675.546
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	205.592	200.135	205.592	201.486
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber ⁽²⁾	423.343	318.374	423.343	318.374
Avais e fianças honradas	77.052	81.994	77.052	81.994
Carteira de crédito	4.057.295	4.276.049	4.133.135	4.277.400
Créditos abertos para importação	8.985	2.437	8.985	2.437
Garantias prestadas	357.892	358.950	357.892	358.950
Garantias prestadas e responsabilidades	366.877	361.387	366.877	361.387
Títulos privados ⁽³⁾	129.244	131.826	129.244	131.826
Títulos com risco de crédito	129.244	131.826	129.244	131.826
Total carteira expandida	4.553.416	4.769.262	4.629.256	4.770.613

⁽¹⁾ Registrados em "Outros créditos - Diversos" (Nota 8.b); ⁽²⁾ Registrados em "Carteira de câmbio" (Nota 8); ⁽³⁾ Composto por debêntures (Nota 6.a).

Prazo	Individual		Consolidado	
	A Vencer dos	Total	A Vencer dos	Total
Até 3 meses	1.174.853	18.090	1.192.943	1.191.229
De 3 a 12 meses	1.440.832	10.141	1.450.973	1.603.314
De 1 a 3 anos	1.099.574	-	1.099.574	1.175.414
De 3 a 5 anos	163.189	-	163.189	142.756
De 5 a 15 anos	83.355	-	83.355	135.379
Acima de 15 anos	67.261	-	67.261	-
Total carteira de crédito	4.029.064	28.231	4.057.295	4.276.049
Até 3 meses	50.397	-	50.397	60.006
De 3 a 12 meses	24.575	31.689	56.264	108.657
De 1 a 3 anos	165.784	-	165.784	154.885
De 3 a 5 anos	91.975	-	91.975	35.492
De 5 a 15 anos	2.457	-	2.457	2.347
Total garantias prestadas e responsabilidades	335.188	31.689	366.877	361.387
Até 3 meses	4.771	-	4.771	-
De 3 a 12 meses	-	-	7.952	-
De 1 a 3 anos	33.335	-	33.335	32.068
De 3 a 5 anos	68.371	-	68.371	69.094
Acima de 15 anos	22.767	-	22.767	22.712
Total títulos com risco de crédito	129.244	-	129.244	131.826
Total carteira expandida	4.493.496	59.920	4.553.416	4.769.262

Papel	Individual		Consolidado	
	Principal	Emissão	Principal	Emissão
Letras Financeiras	48.303	26.160	57.871	132.334
Total	48.303	26.160	57.871	132.334

Nível	Individual		Consolidado	
	A Vencer	Vencidos	30/06/2022	31/12/2021
AA	420.987	-	420.987	540.555
A	1.160.831	-	1.160.831	997.839
B	1.197.635	296	1.197.931	1.351.521
C	892.171	43.249	935.420	28.063
D	52.287	6.034	58.321	5.832
E	70.575	3.677	74.252	22.275
F	89.755	790	90.545	50.892
G	91.582	40	91.622	91.612
H	21.552	5.834	27.386	30.794
Total	3.997.375	59.920	4.057.295	4.276.049

Nível	Individual		Consolidado	
	A Vencer	Vencidos	30/06/2022	31/12/2021
AA	494.219	-	494.219	541.906
A	1.160.831	-	1.160.831	997.839
B	1.197.635	296	1.197.931	1.351.521
C	892.171	43.249	935.420	28.063
D	52.287	6.034	58.321	5.832
E	70.575	3.677	74.252	22.275
F	89.755	790	90.545	50.892
G	91.868	40	91.908	91.812
H	23.874	5.834	29.708	30.794
Total	4.073.215	59.920	4.133.135	4.277.400

Em 30 de junho de 2022, considerando o cenário econômico, as dificuldades na negociação de créditos e as incertezas indicadas na possível recuperação econômica, foi estabelecido o valor de R\$33.096 (R\$15.493 em 31 de dezembro de 2021) de provisão, considerado satisfatório pela Administração e superior aos mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

Majores devedores	Individual		Consolidado	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	92.480	2,03	98.673	2,07
2º ao 10º	644.178	14,15	652.574	13,68
11º ao 20º	470.938	10,34	510.485	10,70
21º ao 50º	882.944	19,39	856.644	17,95
51º ao 100º	709.210	15,58	716.873	15,03
Demais devedores	1.753.666	38,51	1.934.193	40,56
Total carteira expandida	4.553.416	100,00	4.769.262	100,00

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme Resolução CMN nº 2.682/99

Saldo inicial	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Constituição (Reversão)	225.833	298.107	21.477	(2.245)
Baixas para prejuízo	-	-	(7.467)	(58.701)
Saldo final	225.833	298.107	243.843	237.161

Resultado com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, impairment e descontos

Provisão (Reversão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito 2.245
Recuperação de crédito baixados como prejuízo (Nota 7.g) 3.847
Impairment - Debêntures (6.772) (7.548)
Despesas com Cessão (Nota 18.i) (708) -
Descontos concedidos (2.030) (1.816)
Outras Provisões⁽¹⁾ (1.152) (17.996)
Total 17.967 (21.268)

⁽¹⁾ Refere-se à provisão sobre variação cambial de adiantamento de contrato de câmbio e provisão de Ativos não financeiros mantidos para venda.

g) Recuperação de crédito: No semestre findo em 30 de junho de 2022, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$50.106 (R\$3.847 no semestre findo em 30 de junho de 2021). **h) Renegociação de contratos:** Em 30 de junho de 2022 existiam contratos renegociados no valor de R\$520.806 (R\$457.945 em 31 de dezembro de 2021). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações. **i) Operações sem transferência nem renegociação dos riscos e benefícios:** No semestre findo em 30 de junho de 2022, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Pine no valor de R\$6.000 (R\$58 em 31 de dezembro de 2021). Essas cessões resultaram em prejuízo em relação ao valor de face no valor de R\$708 (R\$216 em 31 de dezembro de 2021), não descontado a provisão no valor de R\$3.241 (R\$82 em 31 de dezembro de 2021). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Outras Despesas Operacionais".

Nível	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Avais e fianças honradas	77.052	81.994	77.052	81.994
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	468.309	367.213	468.309	367.213
Devedores por depósito em garantia (Nota 15.b)	57.045	56.927	59.545	59.354
Diversos (Nota 8.b)	290.467	285.912	371.279	797.236
Negociação e Intermediação de Valores	66.580	86.167	66.580	86.167
Rendas a receber	18.037	14.344	18.912	14.975
Relações interfinanceiras	17.346	5.023	17.346	5.023
Total	994.836	897.670	1.079.023	1.412.462
Circulante	646.205	563.650	663.966	567.279
Não Circulante	348.631	334.020	415.057	845.183

a) Carteira de Câmbio

	Individual e Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	437.028	322.247
Direitos sobre venda de câmbio	51.725	35.048
Rendas a receber	7.380	9.918
Adiantamento em moeda nacional recebidos	(27.824)	-
Total	468.309	367.213
Circulante	407.823	332.170
Não Circulante	60.486	35.043
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	52.702	34.344
Obrigações por compra de câmbio	421.488	308.456
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(415.963)	(308.456)
Total	58.227	34.344
Circulante	58.227	34.344
Diversos		

Adiantamentos e antecipações salariais
Adiantamentos para pagamento por nossa conta
Adiantamentos por conta de imobilizações
Devedores por compra de valores e bens⁽¹⁾⁽²⁾
Imposto de renda a compensar
Valores a receber de sociedades ligadas
Títulos e créditos a receber⁽²⁾⁽³⁾
Devedores diversos - País e exterior
Total
Circulante
Não Circulante

⁽¹⁾ Refere-se aos recebíveis pela venda a prazo de Ativos não financeiros mantidos para venda. ⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2021, no Consolidado refere-se, principalmente, aos direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) do Loteamento Entre Verdes no montante de R\$435.727 e recebíveis a prazo, no montante de R\$66.279. ⁽³⁾ A partir de janeiro de 2022, o direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) do Loteamento Entre Verdes, anteriormente classificado na rubrica "Outros créditos - Diversos - Títulos e créditos a receber" foi reclassificado para "Outros valores e bens - Ativos não financeiros mantidos para venda" e a carteira de recebíveis foi reclassificada para "Outros créditos - Diversos - Devedores por compra de valores e bens".

9. ATIVOS FISCAIS: a) Créditos Tributários: Com base na Resolução BCB nº 2/20, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estão compostos conforme abaixo:

Individual	30/06/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	107.416	85.933	193.349	101.889
Créditos baixados para prejuízo	102.902	81.674	183.766	112.754
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	-	-	92	74
Prejuízo fiscal/base negativa	206.903	165.404	372.307	205.404
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	242.053	-	242.053	244.720
Outras provisões	5.961	4.769	10.730	6.009
Total	664.425	337.780	1.002.205	670.868

Individual	30/06/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	108.343	86.267	194.610	102.445
Ajuste de títulos disponíveis para venda	-	-	24	14
Créditos baixados para prejuízo	102.902	81.674	183.766	112.7

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

16. OUTROS PASSIVOS

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	806	788	806	788
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	58.227	34.344	58.227	34.344
Créditos diversos - país e exterior	16.398	10.416	25.779	10.797
Fiscais e previdenciárias (Nota 16.a)	217.646	220.812	223.717	226.144
Negociação e intermediação de valores	3.511	14.091	3.511	14.091
Resultado de exercícios futuros ⁽¹⁾	–	11.885	–	11.885
Outros	3.890	18.077	3.946	18.080
Total	300.478	310.413	315.986	316.129
Circulante	77.459	118.898	89.884	121.996
Não Circulante	223.019	191.515	226.102	194.133

⁽¹⁾ Conforme a Resolução BCB nº 92/21, que dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Coif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, o Grupo S - Rendas de Exercícios Futuros, foi reclassificado para a linha de Outros Passivos - Credores diversos - país e exterior.

a) Fiscais e previdenciárias

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	2.074	240	2.074	246
Impostos e contribuições sobre salários	2.564	3.253	2.585	3.253
Impostos e contribuições sobre o lucro	–	–	2.973	2.602
ISS	111	151	128	160
IRRF	471	105	471	105
PIS e Cofins a recolher	2	273	48	334
Provisão para PIS e Cofins	–	–	2.785	2.474
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 9.b)	214.291	216.790	214.504	216.968
Total	217.646	220.812	223.717	226.144
Circulante	3.355	41.182	6.343	43.896
Não Circulante	214.291	179.630	217.374	182.248

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) **Capital social:** Conforme Estatuto Social, em 30 de junho de 2022, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$1.263.646 (R\$1.202.393 em 31 de dezembro de 2021) e está dividido em 186.441.207 ações nominativas, sendo 97.895.475 ordinárias e 88.545.732 preferências (148.157.764 em 31 de dezembro de 2021) sem valor nominal. O PINE fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferências, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração. Durante o Período de Direito de Preferência, encerrado dia 23 de março de 2022, foi subscrito um montante de R\$49.638, contabilizados em março de 2022 como "Aumento de Capital". Durante o Período de Subscrição de Sobras, encerrado dia 18 de abril de 2022, foram subscritas 7.259.751 novas ações preferências, nominativas, escriturais, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,60 por ação, totalizando um valor de R\$11.616. Após o encerramento do período de subscrição foram emitidas 38.283.443 novas ações, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando R\$61.254. O aumento de capital, homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de abril de 2022, foi aprovado junto ao Bacen por meio de ofício datado em 23 de maio de 2022. b) **Reserva de lucros:** A conta de reserva de lucros do PINE é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do PINE, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O PINE não possui outras reservas de lucros. Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o PINE deve deslinhar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do PINE. Ademais, o PINE poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco. c) **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No semestre findo em 30 de junho de 2022, não houve deliberação de dividendos e juros sobre o capital próprio.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	(13.288)	(8.762)	(13.288)	(8.800)
Títulos e valores mobiliários	(13.288)	(8.762)	(13.288)	(8.800)
Hedge fluxo de caixa	(2)	(3)	(2)	(3)
Objeto do Hedge	(70)	(844)	(70)	(844)
Instrumento do Hedge	68	841	68	841
Outros	(159)	(254)	(159)	(254)
Efeito Tributário	6.052	4.033	6.052	4.071
Total	(7.397)	(4.986)	(7.397)	(4.986)

18. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO: a) **Operações de crédito**

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Adiantamentos a depositantes	16.810	6.460	16.810	6.460
Rendas de empréstimos	300.549	156.905	300.549	156.905
Rendas de financiamentos	50.702	27.478	50.702	27.478
Total	368.061	190.843	368.061	190.843

b) Operações de captação no mercado

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de depósitos interfinanceiros	982	580	982	580
Despesas de depósitos a prazo	349.271	293.208	346.870	292.566
Despesas de operações compromissadas	207.498	33.415	207.498	33.415
Despesas de operações com TVM no exterior ⁽¹⁾	35	42	35	42
Despesas de contribuição ao FGC	8.317	5.315	8.317	5.315
Despesas com LCA	11.524	7.363	11.524	7.363
Despesas com LF	10.686	11.645	10.686	11.645
Despesas com LCI	16.595	3.537	16.595	3.537
Total	604.908	355.105	602.507	354.463

⁽¹⁾ Contempla variação cambial.

c) Operações de empréstimos e repasses

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de repasses do País - instituições oficiais	231	398	231	398
Despesas de repasses do exterior - Resolução CMN nº 3.844	242	254	242	254
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior ⁽¹⁾	906	4.832	906	4.832
Total	1.379	5.484	1.379	5.484

⁽¹⁾ Contempla variação cambial.

d) Receitas de prestação de serviços

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Comissão de fiança	3.592	6.326	3.592	6.326
Comissão de intermediação	53	211	53	211
Rendas de cobrança	2.784	2.027	2.784	2.027
Rendas com tarifas	1.325	2.141	1.325	2.141
Outras ⁽¹⁾	713	701	1.811	4.330
Total	8.467	11.406	9.565	15.035

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2022 e 2021, no consolidado, refere-se, substancialmente, a receitas de prestação de serviços de corretagem de seguros da Pine Corretora.

e) Despesas de pessoal

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Proventos	25.111	21.344	25.111	21.344
Benefícios	7.117	6.093	7.121	6.093
Encargos sociais	13.426	9.646	13.476	9.646
Honorários da diretoria	4.950	4.880	5.202	4.880
Treinamento	22	37	22	37
Estagiários	531	361	531	361
Total	51.157	42.361	51.463	42.361

f) Outras despesas administrativas

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de água, energia e gás	122	140	122	140
Despesas com alugueis	1.874	7.002	1.874	7.002
Despesas de arrendamento de bens	407	594	407	594
Despesas de comunicações	2.544	3.058	2.544	3.058
Despesas de manutenção e conservação de bens	557	430	557	431
Despesas de material	66	50	66	50
Despesas de processamento de dados	9.187	7.099	9.187	7.099
Despesas de relações públicas	421	507	436	563
Despesas de seguros	2.750	2.372	2.770	2.380
Despesas com serviços do sistema financeiro	5.390	5.708	5.392	5.711
Despesas com serviços de terceiros	654	449	654	915
Despesas com serviços de vigilância e segurança	1.261	1.065	1.261	1.422
Despesas com serviços técnicos especializados	4.100	4.879	4.147	5.117
Despesas de transporte	227	132	227	132
Despesas de viagens	132	221	35	35
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	2.269	4.480	2.269	4.480
Despesas de amortização e depreciação	1.079	1.166	1.079	1.166
Emolumentos judiciais e cartorários	98	168	98	254
Outras despesas administrativas	2.165	1.624	2.184	2.415
Total	35.442	40.958	35.545	42.964

g) Despesas tributárias

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
ISS	720	788	742	861
Cofins	3.812	3.764	4.266	5.027
PIS	619	612	718	885
Outros ⁽¹⁾	134	47	199	415
Total	5.285	5.211	5.925	10.931

⁽¹⁾ Refere-se, substancialmente, a despesas com IPTU dos loteamentos da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)

h) Outras receitas operacionais

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Recuperação de encargos e despesas	53	6	53	6
Atualização monetária ativa	1.501	327	1.589	347
Atualização de créditos judiciais	205	391	205	391
Reversão provisão fiança	–	179	–	179
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	2.886	4.001	2.907	4.901
Outras rendas operacionais ⁽¹⁾	62	133	33	32.667
Total	4.707	5.937	4.787	38.491

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2021, no consolidado, refere-se principalmente, aos direitos sobre o Valor Geral de Vendas (GVV) da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.) relacionados à venda de lotes do Consórcio Entre Verdes.

i) Outras despesas operacionais

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Provisão de processos trabalhistas e cíveis	4.187	6.599	4.275	6.599
Despesa de cessão	708	–	708	–
Provisão de fiança	25	3.282	25	3.282
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	4.494	15.311	6.189	35.419
Total	9.414	25.192	11.177	45.300

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2022 e 2021, refere-se, principalmente, a provisão para Adiantamento sobre contrato de câmbio no montante de R\$1.368 no Individual e Consolidado.

j) Resultado não operacional:

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Receitas não operacionais	16.371	26.182	34.144	31.853
Despesas não operacionais	(1.596)	(7.768)	(23.092)	(14.434)
Total	14.775	18.414	11.052	17.419

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido (prejuízo):

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Lucro líquido antes do IRPJ, da CSLL e deduzidos as participações no resultado	15.275	1.751	15.996	4.411
Lucro líquido antes da tributação	15.275	1.751	15.996	4.411
Alíquota vigente (Nota 3.a)	45%	45%	45%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(6.874)	(788)	(7.198)	(1.985)
Diferenças permanentes	(2.108)	820	(2.505)	(643)
Variação cambial de investimento no exterior	–	(343)	–	(343)
Outros ajustes	(2.108)	1.163	(2.505)	(300)
Imposto de renda e contribuição social	(8.982)	32	(9.703)	(2.628)

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

20. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS: a) **Remuneração da Administração:** Desde o exercício de 2012, o PINE aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, e o critério do comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10. O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do PINE à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do PINE; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 3.921/10. A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do PINE; (ii) o resultado geral do PINE, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o PINE está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio; (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco. A Remuneração Variável será calculada: a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações, que são diferidos em 3 anos. A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

31 de dezembro de 2021), calculado a partir do "Conglomerado Prudencial". De acordo com a Resolução CMN nº 4.957/21, o limite de imobilização permitido é de 50,0%. **j) Índice de Imobilização:** O índice de imobilização em 30 de junho de 2022, foi de 18,38% (19,12% em 31 de dezembro de 2021). De acordo com a Resolução CMN nº 2.286/96, o limite de imobilização permitido é de 50,0%. **k) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3:** O Pine, de acordo com a Resolução BCB nº 54/20, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Externa (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico n.pine.com.

24. OPERAÇÕES ATIVAS VINCULADAS: O Pine realiza operações ativas vinculadas nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Em 30 de junho de 2022, os saldos das operações ativas vinculadas e das correspondentes captações de recursos, bem como respectivos resultados apurados no período estão demonstrados abaixo:

	Individual e Consolidado	
	Moeda	Resultado
Operações ativas vinculadas		
Operações de crédito	R\$	27.343
Obrigações por operações ativas vinculadas		
Depósitos a prazo	R\$	28.621

Em 30 de junho de 2022, não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes, bem como questionamento judicial sobre as operações ativas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES: a) Seguros: O Pine adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes estabelecidos, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 30 de junho de 2022, é demonstrada conforme abaixo:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	68.000
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	17.324
Seguro global de banco	Valores em espécie	150
Seguro de vida	Seguro de vida - funcionários	500

b) Leasing operacional: O Pine possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade leasing operacional. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em razão de as operações contratadas não preverem a opção de compra dos bens. O custo dos contratos de arrendamento são reconhecidos na demonstração de resultado, na rubrica "Despesas administrativas - arrendamento de bens", no montante de R\$407 (30 de junho de 2021 - R\$594). **c) Valor justo de instrumentos financeiros:** Apresentamos uma comparação entre os valores contábeis de ativos e passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do período.

A DIRETORIA		CONTADORA	
		Renata Leme Borges dos Santos - CRC SP 241045/O-0	

RESUMO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Conglomerado Pine") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto unicamente por membros independentes, implantado conforme regulamentações do Banco Central do Brasil - BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Este órgão atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento, disponível no sítio eletrônico de Relações com Investidores (<https://n.pine.com>), tendo por competência zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. Para a execução da supervisão, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Administração e das áreas de negócios e suporte; nos trabalhos da Auditoria Interna e do Auditor Independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. A elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal. O Auditor Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, decorrente da legislação societária, das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. A Auditoria Interna tem

suas atividades direcionadas para a avaliação da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, e na aderência dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração. **1. Atividades do Comitê de Auditoria no 1º semestre de 2022.** No cumprimento de suas atribuições e em relação às atividades a seguir, o Comitê de Auditoria observou: **a) Auditoria Independente:** O Comitê realizou reuniões com a *PricewaterhouseCoopers (PwC)* para apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis e relatórios financeiros. As recomendações incluídas nos relatórios de controles internos foram apresentadas ao Comitê de Auditoria, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine. **b) Auditoria Interna:** O Comitê monitorou a adequação da estrutura e funcionamento da Auditoria Interna, discutiu, aprovou e acompanhou a revisão da política, a execução do plano de Auditoria Interna quanto à cobertura dos principais riscos do Conglomerado Pine e o resultado dos trabalhos realizados, os relatórios emitidos, as conclusões e recomendações, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine. **c) Demonstrações Financeiras Consolidadas:** O Comitê apreciou o processo e discutiu com a Administração e com a PwC os critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, e as notas explicativas divulgadas em conjunto, o relatório da Administração e o relatório do Auditor Independente. **d) Administração de Riscos:** A Gestão de Risco do Conglomerado Pine é exercida de forma integrada, compreendendo Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco Operacional, regulamentados pelo Banco Central do Brasil. O Comitê acompanhou os aspectos relativos ao

gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado Pine e o processo de governança para definir o apetite de riscos e controlar os limites estabelecidos. O Comitê manteve atenção especial à gestão dos riscos provocados pela pandemia da COVID-19, principalmente no acompanhamento das principais medidas adotadas pelo Conglomerado Pine. **e) Outras atividades do Comitê:** O Comitê realizou reuniões com diversas áreas do Conglomerado Pine para o conhecimento e apreciação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, prevenção à lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo, canais de denúncia e ouvidoria, transações com partes relacionadas, segurança da informação, LGPD-Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, realização de créditos tributários, relações com investidores e auditor independente, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos gestores na manutenção e aprimoramento. O Comitê apresentou relatos sistêmicos das suas atividades para o Conselho de Administração. **2. Conclusão:** O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, avaliou que o sistema de controles internos é adequado ao porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine e que conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Pine S.A. e suas controladas para o semestre findo em 30 de junho de 2022 e ao estudo de realização do crédito tributário, recomendando ao Conselho de Administração a sua aprovação.

São Paulo, 8 de agosto de 2022

William Pereira Pinto - Presidente e Membro Qualificado
Sérgio Machado Zica de Castro - Membro representante do Conselho de Administração
Walkyria Aparecida Augusto - Membro Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Instituição, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras ("Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas"); Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Membros da Diretoria Executiva				
Rodrigo Esteves Pinheiro	Sergio Luis Patricio	Marcelo Camargo	Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araujo	Jailton Marcio Donasan
				Renata Leme Borges dos Santos

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Instituição, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras ("Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas") e Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Membros da Diretoria Executiva				
Rodrigo Esteves Pinheiro	Sergio Luis Patricio	Marcelo Camargo	Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araujo	Jailton Marcio Donasan
				Renata Leme Borges dos Santos

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Pine S.A., dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022 e com base nos exames efetuados, e a vista do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela *PricewaterhouseCooper* Auditores Independentes, não havendo qualquer ressalva a ser feita em relação às citadas peças.

Membros do Conselho Fiscal		Membros do Conselho Fiscal	
Francisco Asclepio Barroso Aguiar		Jefferson Dias Miceli	Welinton Gesteira Souza

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas Banco Pine S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o semestre findo em 30 de junho de 2022 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Mensuração de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado

Conforme divulgado nas notas 3, 3(f), 6(a) e 25(c), o Banco mantém investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado classificadas na categoria disponível para venda e mensurados ao valor justo.

Os títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tal como os controles de validação das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo dos títulos de dívida. Analisamos a aderência da metodologia de mensuração do valor justo desses títulos de dívida e a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores.

Efetuamos, também, para amostras selecionadas, testes de recálculo do valor justo dos títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela administração.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Porque é um PAA

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado nas notas 3(h) e 7(d), o Banco mensurou a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o estabelecimento de níveis de risco (rating) para cada operação, conforme previsto na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A definição de risco (rating) das operações considera julgamento por parte da administração quanto à definição das premissas e da conjuntura econômica, da experiência passada, dos níveis de inadimplência, de riscos específicos em relação às operações e aos devedores e suas respectivas garantias.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles internos relevantes relacionados ao processo de classificação dos níveis de risco, de monitoramento das garantias recebidas e da integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Efetuamos, também, em base amostral, testes documentais sobre a existência de garantias apresentadas, bem como sobre a razoabilidade do julgamento e das premissas adotadas pela administração para a determinação dos ratings e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão considerando os referidos níveis de riscos atribuídos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Valor recuperável do crédito tributário

Conforme divulgado nas notas 3(s) e 9, o Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração e aprovados pelos órgãos de governança do Banco, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela

administração, para projeção de lucros tributários futuros. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação de premissas poderia afetar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração.

Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ativos não financeiros mantidos para venda

Conforme divulgado nas notas 3(j) e 11(a), o Consolidado possui ativos não financeiros mantidos para venda compostos principalmente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, metodologia de cálculo, além de premissas estabelecidas pela administração.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis, bem como a sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, dentre outros, a análise dos laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos ou, quando aplicável, da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizada pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Adicionalmente, efetuamos testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Contingências fiscais

Conforme divulgado nas notas 3(q) e 15(b), o Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes às suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido à complexidade dos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e o entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e efetuamos procedimentos de confirmação com os assessores jurídicos os dados dos principais processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de tecnologia da informação

Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideramos também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas.

Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

CONTADORA	
Renata Leme Borges dos Santos - CRC SP 241045/O-0	